

O GÊNERO DA MILITÂNCIA

NOTAS SOBRE AS POSSIBILIDADES DE UMA OUTRA HISTÓRIA DA AÇÃO POLÍTICA*

MARCO AURÉLIO GARCIA**

Resumo

A partir de algumas obras que examinam o fenômeno da militância de mulheres em organizações clandestinas do Brasil e da Argentina nos anos 60/70, o autor analisa as possibilidades de um outro enfoque da historiografia sobre a ação política, em especial aquela que se debruça sobre os partidos de esquerda. A história oral ajuda a recuperar uma dimensão pouco incorporada à historiografia política, a da subjetividade, geralmente confinada à esfera privada que aparece radicalmente separada da esfera pública. A articulação desses dois espaços bem como as tensões, conflitos e complementariedades entre os papéis masculinos e femininos, tiram a história das mulheres do *gheto* e permitem que esse novo olhar dê mais complexidade à análise da ação política.

Palavras-chave: Historio Oral, Memória, Gênero, Historiografia Política.

* Este artigo foi recebido para publicação em julho de 1997

** Professor do Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Unicamp.

O gênero da militância ...”

É possível uma história da esquerda, sem uma história da militância política?

A resposta a essa pergunta passa inicialmente por uma reflexão sobre os (des)caminhos da historiografia contemporânea que se debruçou sobre a análise do fenômeno revolucionário.

Às vésperas de sua morte, Georges Haupt fustigou um tipo de história política que

elimina o passado do movimento operário em proveito dos congressos, dos maus ou bons líderes, das resoluções justas ou equivocadas, dos partidos reformistas ou revolucionários ou das ideologias concorrentes.¹

Naquele que viria a ser seu testamento historiográfico Haupt denunciava, explicitando, a existência de uma hipoteca ideológica pesando sobre a historiografia operária e dos partidos de esquerda. Mas, ao mesmo tempo, ele propunha teórica e metodologicamente vias alternativas, exemplarmente ilustradas nos ensaios de seu livro póstumo. Seu texto critica o conservadorismo teórico com que eram tratados -- à direita e à esquerda -- revoluções e organizações revolucionárias desfiguradas por uma historiografia, que substituíra grandes batalhas militares por enfrentamentos político-ideológicos ou reis e generais por burocratas partidários.

Outros trabalhos² ofereceram mais referências para uma reconstrução da historiografia da esquerda, ao mesmo tempo em

¹ Haupt, Georges, *L'historien et le mouvement social*, Paris, François Maspero, 1980, p 12.

² Anderson, Perry, “La historia de los partidos comunistas”, in Samuel, Raphael, *Historia Popular y Teoría Socialista*, Barcelona, 1982, Editorial Crítica, p 150-165 ou Hobsbawm, Eric J., *Revolucionários*, São Paulo, Paz e Terra, e, evidentemente, a monumental *História do Marxismo*, em 12 volumes, por ele coordenada (São Paulo, Paz e Terra).

que surgiam estudos específicos que traduziam em concreto essa nova proposta. A partir dos anos 60, especialmente de 1968, tanto o discurso político, como o das ciências humanas, passaram a propor novas reflexões sobre as relações entre as esferas pública e privada, o que teria seu impacto na historiografia, inclusive na dos partidos.

É certo que essa reconfiguração dos nexos público/privado não raras vezes trouxe consigo o risco de uma abordagem pan-politista, na medida em que a invasão da esfera privada pela pública (impropriamente reduzida à **política**) acabava por atribuir uma significação política a tudo.

A *contrario sensu*, houve os que retrospectivamente vissem na *Pensée 68* as bases para o “egoísmo hedonista” responsável por um crescente confinamento de homens e mulheres na esfera privada³, antecipando a idéia de “fim da política”.

Nessa perspectiva a história da militância pode aparecer à primeira vista como “apolítica”, um território escorregadio, onde a diluição das fronteiras entre o objetivo e o subjetivo se desvanecem a tal ponto que turvam a capacidade de compreensão e inteligência dos fenômenos políticos a serem escrutinados na reconstituição de trajetórias individuais ou coletivas.

³ Esta interpretação dos acontecimentos de 68 é, segundo Castoriadis, a de Ferry, Luc e Renaut, Alain, *O Pensamento 68, ensaio sobre o anti-humanismo contemporâneo*, São Paulo, 1988, Editora Ensaio e de Lipovetsky, Gilles, *L'Ere du vide, Essai sur l'individualisme contemporain*, Paris, 1983, Gallimard. A crítica a essa linha analítica está em Castoriadis, Cornelius, *Les Carrefours du Labyrinthe IV - La Montée de l'Insignificance*, Paris, 1996, Seuil, p 27-28.

O gênero da militância ...”

As indicações de Haupt e Anderson sobre a história política das esquerdas, somadas às contribuições da história social contemporânea, só confirmam a necessidade de abrir espaço específico para a análise do fenômeno da militância. Um partido (e a ação política) não pode ser entendido, como bem sugere essa historiografia, sem a análise de seus programas, do contexto histórico nacional e internacional dentro do qual ele se move, das tradições culturais que ele encarna, das mutações em suas bases sociais. Mas, para ser abrangente, o estudo dos partidos não pode prescindir da análise de sua militância, de seu grupo dirigente, dos procedimentos e até mesmo dos “rituais” internos.

Essa militância, por mais disciplinada que fosse -- e sabe-se como esse aspecto teve importância --, não é o resultado da ação de autômatos, de indivíduos abstratos que atuam mecanicamente em função de sua “consciência de classe”, ou das diretrizes políticas que emanam do partido, tudo isso dentro de um determinado contexto político nacional e internacional. Os militantes são pessoas concretas, homens e... mulheres, portadoras de valores éticos, de convicções políticas, de influências religiosas e refletem, no seu cotidiano, sua formação cultural, seus antecedentes familiares e um conjunto de “determinações” que incidem na forma pela qual “aplicarão” a “linha” do partido na sociedade, seja através de um discurso, de um panfleto, de outras formas da *agit-prop* ou de uma ação violenta, armada.

É válida, para o entendimento da militância política, a idéia de que

a condição humana compreende algo mais do que as condições que foram dadas ao homem. Os homens são seres condicionados: tudo aquilo com o qual eles entram em contato torna-se imediatamente uma

condição de sua existência. O mundo no qual transcorre a vita activa consiste em coisas produzidas pelas atividades humanas; mas, constantemente, as coisas que devem sua existência exclusivamente aos homens também condicionam os seus autores humanos.(...) os homens criam constantemente as suas próprias condições que, a despeito de sua variabilidade e sua origem humana, possuem a mesma força condicionante das coisas naturais. ” Mas a “... objetividade do mundo -- o seu caráter de coisa ou de objeto -- e a condição humana completam-se uma à outra; por ser uma existência condicionada, a existência humana seria impossível sem as coisas, e estas seriam um amontoado de artigos incoerentes, um não-mundo, se esses artigos não fossem condicionantes da existência humana.”⁴

O mundo da militância tem sido associado a um microcosmos, submetido a regras e códigos particulares, capazes de sugerir a idéia de que o partido seja uma “**contra-sociedade**”⁵. Se essa alusão é utilizada para entender Partidos Comunistas, como o francês, que, a despeito do confinamento político-ideológico a que foram submetidos por décadas, tiveram grande parte do tempo uma existência legal, ela tem uma força explicativa muito maior para as organizações revolucionárias que fizeram da luta armada o centro de sua atividade, tendo de sobreviver a maior

⁴ Arendt, Hanna, *A Condição Humana*, Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1983, p 17.

⁵ A associação partidos comunistas/contra-sociedade é utilizada por Kriegel, Annie, *Les Communistes Français, essai d'ethnographie politique*, Paris, Éditions du Seuil, 1968. O mesmo marco teórico inspira os trabalhos de Robrieux, Philippe, Maurice Thorez, *vie secrète et vie publique*, Paris, Fayard, 1975, *Histoire Intérieur du Parti Communiste Français*, 4 vols, Paris, Fayard, 1980, 1981, 1982, 1984, *La Secte*, Paris, Stock, 1985.

O gênero da militância ...”

parte de seu tempo na clandestinidade. As condições de clandestinidade, decorrentes da opção revolucionária, acentuavam o caráter fechado dos grupos e com isso aproximavam e articulavam as esferas do público e do privado permitindo uma observação privilegiada dessa complexa relação.

Desde que a história da vida privada deixou de ser opor teoricamente à história da esfera pública⁶, foi possível dar conta de uma série de elementos antes relegados à historiografia événementielle, à crônica, ao jornalismo, à biografia, ou a outros gêneros considerados “menores”. É interessante observar como essa inflexão historiográfica contribuiu para a construção de uma história das mulheres. Situadas na área sombria da história -- a esfera privada -- as mulheres passaram a se constituir em objeto da reflexão historiográfica.

A abertura ou reconfiguração desse território historiográfico acarretou não somente a constituição de um campo de investigação -- com implicações teóricas e metodológicas específicas -- como permitiu, sobretudo, a partir dessa especificidade, repensar as relações público/privado, outorgando uma maior complexidade à historiografia política, inclusive àquela centrada na análise dos processos e das organizações revolucionárias.

O objetivo dessas notas é pensar algumas das implicações dessa abertura historiográfica a partir de três trabalhos dedicados à reconstituição da militância de mulheres durante as ditaduras militares recentes no Brasil e na Argentina. Não se trata de resenhá-los, mas de tomar alguns dos problemas por eles colocados, ou neles subjacentes, para discutir o tema do gênero da militância e as implicações que esse tipo de

⁶ “Mais além do anedótico, a história da vida privada é também a história política do cotidiano.” Cf. Perrot, Michelle, e Duby, Georges, *Histoire des femmes en Occident*, vol 4, (Le XIX ème siècle), Paris, Plon, 1991, p 13

problemática tem para a construção de uma **outra história** da ação política

Os textos sobre o Brasil provém da academia: *Mulheres, Militância e Memória - histórias de vida e histórias de sobrevivência*, de Elizabeth F. Xavier Ferreira⁷ e *A Resistência da Mulher à Ditadura Militar no Brasil*, de Ana Maria Colling⁸. Já o livro sobre a Argentina é o trabalho da jornalista Marta Diana, *Mujeres Guerrilleras - la militancia de los setenta en el testimonio de sus protagonistas femeninas*.⁹

Anteriormente, a biografia de Iara Iavelberg¹⁰, tanto pela pesquisa realizada como pelo enfoque dado, oferecia abundante material para pensar-se as possibilidades de uma historiografia política alternativa centrada na militância. O memorialismo dos “anos de chumbo” tratando da clandestinidade, prisão e exílio¹¹ também se transformou em um material sugestivo para essa abordagem.

⁷ Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

⁸ Rio de Janeiro, Editora Rosa dos Ventos, 1997.

⁹ Buenos Aires, Planeta, 1996.

¹⁰ Cf. PATARRA, JUDITH, Iara, Rio de Janeiro, Rosa dos Ventos, 1992. Ver também GARCIA, Marco Aurélio, “Iara, história e cotidiano” in *Estudos Feministas*, ano 1, 210-212, 1 o. semestre 1993, onde pretendo resgatar a contribuição historiográfica do livro de Patarra.

¹¹ A bibliografia brasileira, como a latinoamericana, é vastíssima. Ela abrange não somente o memorialismo e trabalhos coletivos de história oral como obras ficcionais. Mais recentemente o próprio cinema debruçou-se sobre o período. As polêmicas criadas em torno de filmes como *Lamarca*, de Sergio Rezende, e *O que é isso companheiro?*, de Bruno Barreto, são um indício de que o tema da memória dos “anos de chumbo” ultrapassa em muito o interesse dos especialistas ou “ex-combatentes”. Sobre o filme de Barreto ver. Aarão Reis filho, Daniel *et alii*, *Versões e ficções: o seqüestro da história*, São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1997. Na produção memorialística cabe um destaque particular para Costa, Albertina de Oliveira *et alii*, *Memórias (das mulheres) do exílio*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980, texto pioneiro cuja elaboração foi em boa medida influenciada pela formação de coletivos feministas na diáspora brasileira na Europa.

O gênero da militância ...”

Finalmente, os trabalhos de Elisabeth Souza Lobo¹², ainda que não centrados em período histórico recente, oferecem um quadro analítico absolutamente pertinente para a problemática em questão.

A especificidade da militância feminina

A militância de mulheres em organizações revolucionárias nos anos 60/70 é tratada implícita ou explicitamente pelas tres autoras como uma dupla transgressão. Primeiro porque o engajamento nessas organizações, a maioria dedicada a realizar ações armadas contra o governo, significava colocar-se “fora da lei”, não cabendo aqui discutir o quão ilegal ou ilegítima esta fosse. O elevado preço pago pelas militantes - morte, tortura, prisão, exílio¹³ - assim como os impactos na vida privada - familiar, afetiva, profissional - bem o demonstram. A segunda transgressão estava em que “ a conduta das militantes também desafiava o código de gênero de sua época ”¹⁴, fórmula um pouco empolada para dizer que a participação das mulheres na política não era socialmente bem vista.

Construídas fundamentalmente a partir de relatos colhidos nos anos 90, os tres trabalhos podem acompanhar os dois movimentos que se dão no espaço de mais ou menos vinte anos: (1) o mergulho na clandestinidade, com todas as conseqüências decorrentes da repressão, e (2) a reinserção na

¹² *Emma Goldman, a vida como revolução*, São Paulo, Brasiliense, 1983 e “Emma Goldman - Revolução e desencanto: do público ao privado”, in *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol.8. No. 18, ago/set 1989.

¹³ Os livros de Ferreira e de Colling, duas dissertações de mestrado, são construídos a partir dos depoimentos de sobreviventes, enquanto que o de Diana combina o testemunho de sobreviventes com a reconstituição da trajetória de mortas e “desaparecidas” .

¹⁴ Cf. FERREIRA, Elizabeth, op. cit., p 15

“vida legal”. Mais além dos traços comuns que possam apresentar, a experiência de ingresso dessas mulheres na política é um processo diferenciado. Para algumas a política tinha antecedentes familiares e é sugestivo que eles apareçam em muitas das histórias de vida para explicar ou situar os engajamentos.

Em quase todos os casos a clandestinidade é precedida de uma atividade legal - no movimento estudantil, às vezes nos sindicatos - e a passagem de um tipo de militância para outra resulta mais de circunstâncias - o “fechamento” político do regime ou as opções da organização - do que de uma opção pessoal deliberada. Essa primeira passagem mergulha jovens - esse é um traço comum do universo das entrevistadas - em situações limites. Primeiro estão os perigos da vida clandestina: da alta tensão das ações armadas à tensão permanente da vida nos “aparelhos” constantemente sob a ameaça da repressão.

Depois vem os riscos da morte e da tortura. No caso das mulheres, os depoimentos convergem para um ponto crucial. Ao lado da dor física e da quebra moral que a tortura produz (ou busca produzir) cabe às mulheres uma cota suplementar de sofrimento que resulta da violência sexual (estupros, às vezes seguidos de gravidez) ou dos rituais de humilhação a que são submetidas em função de sua condição feminina. Posteriormente está o cárcere, visto por muitas - assim como pelos homens - como um momento relativamente tranquilo, se comparado com o período da tortura. Finalmente está a reinserção no que chamam de “vida legal”, às vezes mediada pelo exílio.

Todas essas situações extremas têm forte impacto sobre a vida privada, sobretudo porque nas condições de clandestinidade, prisão e até mesmo nos círculos fechados do exílio, a rarefação da vida política invade o espaço privado de forma sufocante. É o que explica porque a vida amorosa dos

O gênero da militância ...”

militantes pudesse ter sido sujeita a regulamentos escritos - como os do PRT-ERP argentino - ou que ter ou não ter filhos se transformasse em um problema político ou, finalmente, que o fato de um militante não ter resistido às torturas e delatado, além de tomar distâncias políticas em relação a seu partido, fosse a razão para que sua mulher lhe perdesse o “carinho e o respeito”¹⁵.

O engajamento político nas condições de clandestinidade representava também uma brusca e profunda mudança do ponto de vista pessoal.

“Aqueles dois anos - diz a militante identificada como Hercília - pareceram séculos em nossa vida! Entrei para a faculdade em 1967 e em 1970 já estava presa, já tinha rompido com a família e saído de casa, já tinha perdido a virgindade. Tudo aconteceu tão rápido.”¹⁶

A clandestinidade representa igualmente uma crise de identidade. Não só porque as militantes têm de assumir uma identidade fictícia - nomes e profissões falsos e uma história de vida inventada - como porque devem romper com os múltiplos laços que as prendiam a vida pregressa, fossem familiares, afetivos e até mesmo amorosos.

¹⁵ O pungente depoimento de Luis Ortoloni sobre sua mulher, Liliana Delfino está em Diana, op. cit, p 359-366. Liliana, pouco depois de sair da prisão, onde inteirou-se do comportamento do marido separou-se de Luis e foi viver com o dirigente máximo do Partido Revolucionário dos Trabalhadores - Exército Revolucionário do Povo, Mário Roberto Santucho. A mulher anterior de Santucho, Ana Maria Villareal, havia morrido pouco tempo antes na “operação Trelew”, quando ele logrou fugir do cárcere. Mais tarde Liliana e Santucho seriam abatidos juntos, quando o “aparelho” do dirigente do PRT foi localizado pela polícia.

¹⁶ Cf. Ferreira, op. cit. p.126

O próprio fato das relações amorosas se darem de forma quase circular entre militantes da organização, conseqüência óbvia de uma convivência forçada e dos imperativos de segurança, ilustra essa interpenetração da vida política com a vida privada.

Os depoimentos oscilam no que diz respeito ao lugar das mulheres na militância. O saldo aponta para o reconhecimento de que a militância clandestina era um universo basicamente masculino, onde as mulheres entravam em desvantagem. O desempenho satisfatório delas, especialmente nas tarefas militares, acaba por funcionar no entanto como instrumento de emancipação.

Luis Mattini, ex-dirigente do PRT-ERP¹⁷, calcula em 40% a participação de mulheres em seu partido e uma forte presença nas ações armadas inclusive em níveis de comando, ainda que não nas funções mais elevadas. Ele chama a atenção para os problemas que afetavam os casais na medida em que os homens -- invariavelmente com maiores responsabilidades -- acabavam por arrastar suas companheiras para as tarefas que assumiam. Às vezes, diz Mattini, a alta qualificação militante de uma mulher se via obscurecida pelo fato dela ser companheira de um dirigente. O caso de Liliana Delfino, antes mencionado, é explicitamente invocado. Mattini trata com equilíbrio situações altamente problemáticas da história da repressão na Argentina, como a de militantes que, além de delatarem, passaram a viver maritalmente com seus algozes. Ele considera que a “quebra” ocorreu com homens e mulheres e que não se pode destacar especialmente os casos femininos. Finalmente seu depoimento aponta para aspectos particulares da presença feminina na luta política, como a sedução involuntária que muitas militantes

¹⁷ Cf. DIANA, op. cit. p 370-374. Ver igualmente Mattini, Luiz, *Hombres y mujeres del PRT-ERP (La pasión militante)*, La Plata, Editorial de la Campana, 1995.

O gênero da militância ...”

exerciam sobre operários de base, o que acabava por criar situações conflituosas com as mulheres destes.

Roberto Perdía, invoca as mulheres montoneras ¹⁸ e ilumina de forma particular a relação da vida privada com a vida política nos anos da clandestinidade. “Nossa casa, diz, era nossa base. Isso impunha inevitavelmente um estado de mobilização permanente para todos os que viviam conosco.”¹⁹ Ele reconstrói a situação dos “aparelhos”, onde conviviam armas e crianças e onde mais de uma vez os filhos dos militantes tiveram de ocultar-se em porões ou sob os colchões durante os cercos das casas pelas forças do exército e da polícia para escapar aos tiroteios.

O processo de reinserção -- o segundo movimento, agora de volta à vida legal -- é uma longa e penosa travessia. Grande parte dos depoimentos coincide em que o engajamento político na juventude -- mesmo que às vezes marcado por uma certa irreflexão sobre suas possíveis conseqüências -- foi válido. Não há porque dele se arrepender. Por mais fundas que tenham sido as marcas nessas sobreviventes - e o horror da maioria das experiências vividas não deixa dúvidas a respeito - quase todas reivindicam esse momento de suas vidas como pleno e significativo.

Mas trata-se de uma experiência de derrota. Tanto as esquerdas brasileiras, como as da Argentina, foram aniquiladas, militar e politicamente. O fato de que quase todas as militantes entrevistadas mantenham-se fiéis aos ideais que as levaram ao engajamento político no passado, algumas filiando-se hoje a partidos de esquerda ou a movimentos de defesa dos direitos humanos, por exemplo, não anula que os projetos abraçados naquele período de suas vidas tenham fracassado.

¹⁸ Cf. Diana, op. cit. p 375-380

¹⁹ idem, p 375.

Nesse sentido pode-se falar em **desencanto**, sentimento que antecipa e prepara a segunda travessia que essas mulheres empreenderam após seus anos de clandestinidade, tortura, prisão ou exílio, quando buscaram reinserir-se na “vida normal”. Essa volta à “vida normal” tem muito a ver com a recuperação da privacidade, com a descoberta da subjetividade anulada pelas exigências que a vida clandestina impunha nos “anos de chumbo”,²⁰ com a necessidade de repensar as relações entre o público e o privado e, em especial, a condição feminina.

É interessante observar que a militância de mulheres em um projeto eminentemente “masculino” (por suas regras, códigos e comandos) serviu para emancipar muitas das mulheres que dele participaram, ainda que muitas vezes essa emancipação só se desse quando as mulheres “se comportavam como homens...”, para utilizar uma expressão encontrada na boca de muitos dirigentes da época. Mas também é pertinente assinalar que a emergência do feminismo como um forte movimento de idéias nas esquerdas no fim dos anos setenta é produto da derrota daquelas experiências de militância revolucionária na qual as mulheres tanto investiram e da qual muitas tiraram suas lições.

A segunda travessia das militantes -- sua reinserção ou caminho de volta para a “vida normal” -- foi geralmente acompanhada de processos de auto-reflexão que, como demonstram os tres livros, estão cheios de referência à psicanálise e ao feminismo. Muitas ex-militantes fizeram análise

²⁰ “ O projeto político em que se engajaram [as ex-presas entrevistadas para a obra, MAG] contrasta, por sua natureza totalizante e integradora, com a realidade social e o campo em que essas jovens gravitavam, constituindo-se esse contraste - para fins de interpretação - em um dos aspectos mais intrigantes de suas experiências e de mais difícil compreensão. Assim, é pertinente a indagação sobre os efeitos dessa passagem de um pluralismo cultural como o dos anos 60 (sobretudo no ano de 1968) para o monismo centralizador do comunismo, que exigia adesão irrestrita e erradicação das diferenças internas” . FERREIRA, op. cit. , p 66.

O gênero da militância ...”

ou submeteram-se a terapias e algumas se encaminharam profissionalmente para a psicanálise ou a psicologia. Outras - às vezes as mesmas - se incorporaram a distintas organizações de mulheres.

Não é ocasional que alguns dos grupos que mais contribuíram para a elaboração e difusão do pensamento feminista dos 70/80 no Brasil - Nós Mulheres, Brasil Mulher ou o Coletivo Feminista de Paris - tivessem uma forte participação de (ex)militantes de organizações de esquerda.

Esse feminismo se construiu em um diálogo (auto)crítico com o que haviam sido as esquerdas nos anos 60/70 e ajudou a encontrar respostas para sua crise antes mesmo que surgissem as primeiras rachaduras no muro de Berlim. Em outros países, onde as esquerdas viveram situações semelhantes as de Argentina e Brasil, como Chile e Uruguai, ou mesmo naqueles onde as experiências políticas não tiveram a mesma radicalidade, como a Itália, processos semelhantes ocorreram.²¹

O primeiro depoimento colhido por Marta Diana, de uma ex-militante que se faz chamar de Adriana, mostra como, através do feminismo, descoberto no exílio sueco, foi possível que ela percebesse “ coisas do meu interior como mulher, longamente postergado e submetido ao dever ser da militância política.” O mais significativo de sua reflexão, no entanto, está quando ela afirma que as

²¹ O romance de Marcela Serrano, *Nosotras, que nos amábamos tanto*, retratando a trajetória de um grupo de amigas no Chile de Pinochet dá sugestivos elementos para pensar essa travessia das mulheres. Na Itália é sabido que a emergência do feminismo teve forte impacto tanto sobre a esquerda parlamentar como sobre a extra-parlamentar. Foi a crise com as mulheres de Lotta Continua, talvez mais importante organização extra-parlamentar da Itália nos anos 70, que levou esse grupo ao colapso durante o seu Segundo Congresso. Mesmo o Partido Comunista Italiano foi sacudido pela contestação feminista. Sobre o período existe abundante bibliografia. Ver, dentre outros, ROSSANDA, Rossana, *Anche per me - Donna, persona, memoria dal 1973 al 1986*. Milano, Feltrinelli, 1987.

... feministas diziam que nenhum partido político tomava em consideração a problemática particular que vivíamos as mulheres militantes. Passando em revista minha vida me sentia absolutamente de acordo. Hoje poderia acrescentar que nenhum partido político contemplou nunca a problemática de seus militantes (homens e mulheres) como pessoas. Mas essa reflexão veio muitos anos depois.”²²

A situação limite das mulheres nas organizações revolucionárias, sobredeterminada pelas condições específicas da clandestinidade, abriu espaço para que se constituísse um campo de reflexão em torno da especificidade da militância, esse complexo fenômeno no qual se articulam a esfera pública e a esfera privada. A história da vida privada da esquerda, entendida como a presença do político na esfera privada - a politização do cotidiano - ganha assim sua pertinência e objeto.

A escolha da História Oral

Tanto o trabalho sobre a militância feminina na Argentina como os dois livros sobre o Brasil são construídos fundamentalmente sobre a base de depoimentos. Ainda que Colling tenha buscado trabalhar os arquivos do DOPS do Rio Grande do Sul, seu texto não reflete significativamente em que medida essas fontes contribuíram para iluminar sua problemática. A abertura dos arquivos das Delegacias de Ordem Política e Social no Rio, São Paulo e em outras partes pode significar no futuro um aumento do leque de possibilidades de pesquisa. Na mesma direção, o monumental acervo *Brasil*

²² Cf. DIANA, op. cit., p 41

O gênero da militância ...”

Nunca Mais, hoje depositado no Arquivo Edgard Leuenroth da Unicamp oferece possibilidades seguramente até agora pouco exploradas para essas novas pesquisas historiográficas sobre as esquerdas.

A escolha da história oral para reconstituir a história do tempo presente tem sido invocada quase sempre como consequência das dificuldades surgidas com outros tipos de fontes. Mas a opção pela história oral também é reivindicada tendo em vista a adequação desse método a certos objetivos perseguidos, na medida em que os depoimentos autobiográficos têm a possibilidade de reconstituir de forma mais consistente a dimensão subjetiva dos processos históricos e com isso **instituir sujeitos históricos concretos**, antes subsumidos nos grandes mecanismos explicativos próprios de uma historiografia política onde os militantes aparecem apenas como integrantes de um sistema impessoal.²³

Vários problemas se colocam com esse tipo de fontes. Os relatos autobiográficos têm de ser significativos para a pesquisa em curso. Colling trabalha com seis entrevistadas, Ferreira com treze, enquanto que Diana realiza um trabalho mais amplo e complexo, entrevistando ex (e atuais) presas, colhendo também, oralmente ou por escrito, depoimentos sobre mortas e “desaparecidas” entre parentes, amigos ou companheiros de militância. O problema não está tanto no número de entrevistas mas nas características das entrevistadas. O universo social das entrevistadas dos três livros é mais ou menos homogêneo. Grande parte são jovens oriundas das classes médias, estudantes, sendo umas poucas de origem operária.

²³ “Foram sobretudo os movimentos de mulheres os que fizeram da narrativa pessoal uma prática política. Mas deve-se atribuir também a outros movimentos, em particular o dos estudantes de 1968, a tentativa de criar um sujeito histórico sob a base das próprias condições cotidianas, passando da su-jeição à sub-jeitividade e afirmando um duplo direito de estar na história e de ter uma história.” Cf. PASSERINI, Luisa, *Storia e Soggettività*, Firenze, La Nuova Italia, 1988.

A julgar pelos levantamentos sociológicos feitos para o caso brasileiro ²⁴ existe uma homologia entre a composição social das esquerdas em geral e aquela das militantes que serviram de base para a pesquisa. A empatia entre as pesquisadoras e seu objeto de pesquisa também existe e não chega a turvar a capacidade analítica. Ferreira e Diana pertencem inclusive à mesma geração de suas entrevistadas. No caso da argentina sua pesquisa é assumidamente provocada pela busca de uma amiga perdida²⁵.

Resta finalmente o problema de como conectar histórias de vida, compreensivelmente carregadas de referências subjetivas, com o contexto dentro do qual essas pessoas se moveram. Como explica Passerini:

Um dos principais problemas para toda a narrativa autobiográfica, permanece hoje o de como conjugar subjetivo e objetivo, ou melhor dito, como mover-se entre psicologia e história.”²⁶

Essa passagem ocorre na medida em que a esfera privada, reconstituída pela história oral, é capaz de inserir trajetórias individuais no contexto social, político e cultural mais amplo do período analisado. Mas esse contexto não pode ser, no entanto, apenas um cenário no interior do qual as personagens se movem.

Para que essas personagens sejam dotadas de historicidade é necessário ver como esse contexto/cenário é interiorizado nos (nas) militantes e como esse processo de

²⁴ Cf. RIDENTI, Marcelo, *O Fantasma da Revolução Brasileira*, São Paulo, UNESP, 1993, p 68-72

²⁵ Trata-se de Adriana Lesgart, codinome Patricia, militante montonera desaparecida, com vários de seus irmãos. Adriana havia sido colega de colégio de Marta Diana e uma forte referência na biografia da jornalista.

²⁶ Cf. PASSERINI, *op, cit.*, p 9.

O gênero da militância ...”

interiorização acaba por incidir na constituição do que se chamou de micro-cosmos da militância. É, como explicou Arendt²⁷ anteriormente, a articulação entre **a objetividade do mundo** e a **condição humana**, ambas pensadas como esferas interdependentes. Essa interdependência leva Ferreira a recorrer a Pollak para fazer dos testemunhos, mais especificamente do discurso autobiográfico, a encarnação de “um destino coletivo” enquanto “representativo de uma matriz social comum.”²⁸

Os depoimentos obtidos através dos procedimentos da história oral são tributários da problemática mais geral da construção da memória, seja em sua dimensão especificamente individual, seja no que se refere aos elementos coletivos presentes no relato autobiográfico. Essa construção da memória das (ex) militantes, enquanto relação com o passado, supõe um processo fortemente atravessado por problemas políticos e ideológicos.

O passado não é um “acontecimento” ou “fato” a ser simplesmente restaurado como quem desenterra um fóssil arqueológico, tratando de recuperar objetivamente algo perdido em algum ponto de um tempo linearmente concebido. A reconstituição desse passado sofre uma dupla interferência político-ideológica. Os “acontecimentos” que lhe dão consistência enquanto objeto a ser reconstituído estão cercados de uma ou mais significações que lhes foram anteriormente atribuídas. Mas, por sua vez, a reconstrução do passado pela memória sofre também a incidência dos valores dominantes no momento em que esse processo se desencadeia.

Um exemplo particular, mas significativo desse segundo aspecto é a reação que o livro de memórias de Fernando Gabeira, *O que é isso, companheiro?* provocou em muitos

²⁷ Cf. nota 4.

²⁸ Cf. FERREIRA, *op. cit.* p. 85.

militantes que viveram intensamente os acontecimentos descritos pelo autor, sobretudo os relacionados com o seqüestro do embaixador norteamericano no Brasil.

Não são poucos os que criticam no memorialismo de Gabeira -- que serviu de base para o filme de Bruno Barreto -- uma tentativa do autor de atribuir-se no passado uma lucidez que ele só viria a ter anos mais tarde, como resultado inclusive de um processo de reflexão coletiva realizado pelas esquerdas.²⁹ Esse episódio particular apenas aponta para os problemas mais gerais relacionados com a apropriação e reconstrução do passado. No caso das trajetórias das militantes, o aprofundamento da problemática de gênero passou a atribuir significações a acontecimentos tidos como desprovidos de história. Mas não se chega a constatar a existência de um feminismo *avant la lettre* projetado *ex post* sobre o passado.

A iluminação desse lado até então escondido do passado deu historicidade à trajetória de sujeitos supostamente sem-história. Mas essa perspectiva que o/a militante hoje possui para reapropriar-se de sua trajetória pretérita só pôde constituir-se na medida em que a experiência vivida permitiu ir reconstruindo uma outra história. Essa outra história era (é) composta também dos fragmentos da esfera privada, essa face oculta do acontecer político, que ganhava toda sua significação, no entanto, à medida em que o privado passava a interiorizar e refletir o público e tornar-se em elemento decisivo para a compreensão da realidade em um sentido mais abrangente. Esse aspecto ajuda a entender melhor o papel da história oral para a constituição de uma história das mulheres, em especial da militância feminina.

²⁹ Cf. GABEIRA, Fernando, *O que é isso, companheiro*, Rio de Janeiro, Codedcri, 1980 e também *O crepúsculo do macho*, Rio de Janeiro, Codecri, 1980. A crítica a Gabeira está em *Aarão Reis filho*, Daniel, "Versões e ficções: a luta pela apropriação da memória" e FREIRE, Alípio, "Pela porta dos fundos", in *Aarão Reis filho*, Daniel *et alii*, *op. cit.*

O gênero da militância ...”

O uso de depoimentos é mais do que um recurso técnico do qual lança mão o pesquisador à falta de outras fontes. Há uma relação de funcionalidade entre eles e o objeto pesquisado na medida em que os depoimentos são capazes de restituir, por sua forma e pelos conteúdos que trazem à tona, aspectos da ação humana desconsiderados porque até então tidos como carentes de historicidade e de significação política. A historicização/politização do cotidiano dá significado a problemáticas “marginais” confinadas à vida privada, e reabilita o récit feminino, descartado freqüentemente por seu “tom confessional”, quando não por seu “psicologismo”. Não se trata de uma tolerância epistemológica (politicamente correta) diante da fala das mulheres, mas de entender que é através desse tipo de relato que se pode iluminar problemáticas até então indevassadas do mundo da ação política -- como a da militância -- esse domínio onde se dá a mediação e o choque entre as grandes formulações estratégicas e as duras exigências da realidade.

Masculino/feminino: papéis e tarefas

Na primeira travessia - o ingresso na militância clandestina - as mulheres assumem o discurso e as exigências da ação política próprios do “mundo dos homens”. O “êxito” que elas tiveram nesse processo - e a história das esquerdas está cheia de exemplos nessa direção - transformou-se em um instrumento *sui generis* de emancipação, na medida em que a igualdade com os homens é reconhecida, pelo menos retoricamente.

Na segunda travessia - a quase sempre penosa saída da clandestinidade - não há mais a busca da igualdade através do mimetismo com o mundo masculino. Pelo contrário assiste-se aí o culto da diferença, que se compatibiliza com aspirações de

igualdade formal e substantiva. Essa segunda travessia se faz através de um outro discurso, de estrutura basicamente confessional, no qual não se expulsa o político, mas se trata de entendê-lo a partir da experiência vivida. É nela que o público e o privado se articulam e se (inter)determinam. Foi a iluminação recíproca dessas duas esferas da condição humana que ensejou a possibilidade de construir uma outra história da ação política.

Mas essa outra história tem de evitar a armadilha de assignar aos homens o espaço público, enquanto às mulheres reserva-se o espaço privado, ainda que “politizado”. Até porque é falsa a “masculinização” absoluta da esfera pública da mesma forma que a “feminilização” total dos esfera privada.³⁰

Se é verdade que a fala das mulheres permite construir uma outra história da militância política, é falso que essa história seja apenas uma história de mulheres. É fácil, a partir da misogênia aberta ou velada de certos textos historiográficos, sucumbir à tentação de constituir uma história das mulheres, como um território segregado. O texto de Colling, ainda que não caia nessa armadilha, flerta retoricamente com tal perspectiva.

A repartição tradicional de tarefas e papéis reservou prioritariamente às mulheres os espaços privados. Pelo fato de terem sido por muito tempo desprovidas de direitos políticos e terem estado ausentes dos centros de decisão, elas foram quase sempre “reduzidas a submeter-se passivamente aos acontecimentos da vida pública, os acontecimentos “históricos”.” Mas há situações excepcionais, onde os acontecimentos foram

produzidos e não passivamente vividos pelas mulheres: trata-se na maior parte dos casos de um protesto, de uma resistência, de uma reivindicação,

³⁰ Cf. PERROT, Michelle, “Les femmes, le pouvoir, l’histoire”, in PERROT, Michelle (sous la direction de), *Une Histoire des Femmes est-elle possible?*, Paris-Marseille, Rivages, 1984.

O gênero da militância ...”

de uma insurreição, em resumo, de uma forma mais ou menos violenta de revolta.”³¹

Já se observou que o estudo da história através da perspectiva do masculino e do feminino pôs em evidência os temas do espaço público e do espaço privado, do poder doméstico e social e do poder público. Mas seria útil perguntar

se o êxito desses enfoques não tem como causa uma espécie de impossibilidade de estender a pesquisa ao campo político e trabalhar sobre as relações homens/mulheres no interior do sistema global, social e político.³²

A persistência desse impasse, mesmo que se reserve um terreno para a história das mulheres, acaba por representar a denegação dessa história, na medida em que ela é relegada a um espaço marginal. O preço a ser pago para tirar as mulheres dessa área sombria da história não pode ser a criação de um ghetto historiográfico. Se isso ocorresse, a emergência da problemática de gênero nas ciências humanas, em especial na historiografia, apareceria como que uma concessão, o resultado de uma espécie “ação afirmativa” no plano da teoria.

Por isso Farge tem razão quando propõe estabelecer

uma história das tensões entre os papéis masculinos e femininos e de fazer de seus conflitos, como de

³¹ Cf. KNIBIEHLER, Yvonne, “Chronologie et histoire des femmes”, in PERROT, Michelle (sous l’organisation de), op. cit. p. 51

³² . FARGE, Arlette, “Pratique et effets de l’histoire des femmes”, in PERROT, Michelle, op. cit. p. 33

suas complementariedades uma articulação que atravessaria o conjunto do relato histórico.”³³

É possível que a militância de mulheres e homens durante os “anos de chumbo”, na Argentina, Brasil e em outros países, se configure como uma dessas situações em que a historiografia pode, a partir da análise de tensões, conflitos e complementariedades de papéis, aspirar construir uma alternativa analítica abrangente.

Essa reflexão complexa é favorecida justamente pela forma como se articulam e interpenetram os temas das esferas pública e privada nos espaços rarefeitos da militância clandestina do período em questão.

Michelle Perrot, criticando a idéia de “constituir um novo território que seria a história das mulheres, tranqüila concessão onde elas se moveriam comodamente, protegidas de toda a contradição”, insiste em que se trata de “mudar a direção do olhar histórico, colocando a questão da relação de sexos como questão central.”³⁴ Essa mudança do olhar histórico, discutindo as questões de gênero no mundo da militância e, por essa via, rearticulando público e priva, abre insuspeitadas perspectivas para a historiografia política, especialmente para aquela centrada na ação política e na trajetória das organizações de esquerda.

³³ Id.ib.. p 33

³⁴ Cf. PERROT, Michelle, Preface à *Une histoire des femmes est-elle possible?*, op. cit. p 15.

O gênero da militância ...”

**THE GENDER OF MILITANCY
NOTES ON THE POSSIBILITIES OF A DIFFERENT
HISTORY OF POLITICAL ACTION**

Abstract

Departing from some texts that examine women's participation in clandestine organizations in Brazil and Argentina during the 60's and 70's the author discusses possibilities of a different approach towards the historiography of political action, particularly focusing on left-wing parties. Our history contributes toward recovering subjectivity, a dimension little explored in political historiography. This dimension is usually confined to a private sphere that appears as radically severed from the public sphere. The articulation of these two spaces as well as tensions, conflicts and complementarities between masculine and feminine roles take the history of women away from the ghetto, allowing this new perspective to analyse political action in a more complex way.